

Conferência no Colóquio Nacional "Estatuto e Direitos da Criança" Aix en Provence 1989 (tradução 2022)

A criança em busca da sua identidade e das suas origens¹

Pierre Tap

A criança tem direito a um nome, a uma família e a uma educação. Isto pode ser visto como evidente por si mesmo. Mas, na realidade vivida pelas crianças, o óbvio torna-se difuso, e os problemas mais múltiplos surgem. Há os que são vividos pelas crianças abandonadas na rua, ou os das crianças adoptadas sob a promessa de manter em segredo a identidade dos pais naturais, ou das crianças nascidas durante um nascimento "sob X" (anonimato da mãe), etc.

Deve ser dito à criança o segredo das suas origens, ou o mistério que a rodeia? Estamos do lado da "sabedoria popular" quando afirma que "o discurso é prata e o silêncio é ouro", ou estamos do lado de Bertolt Brecht quando afirma que "aquele que não sabe é um ignorante, aquele que sabe e se cala é um malfeitor"?

Se postularmos que o conhecimento sobre as origens é um direito, será útil, será necessário, especialmente na evolução da continuidade e unidade da personalidade da criança? Qual é a relação entre este direito ao conhecimento original e as competências cognitivas e afectivas? As revelações são condicionadas pela "capacidade de discernimento" de si próprio, das relações, das situações, das quais os legisladores nos falam? Por outras palavras, existe um limiar mínimo ou fases sensíveis para informar a criança, para fazer revelações sobre as suas origens?

Deve a criança ser informada de que o nome que leva não é o dos seus pais? Como é que a criança pode ser alertada para os segredos do seu nascimento, os mistérios da sua família, as tribulações de um casal parental pouco ortodoxo, a ausência de um pai, a presença de uma concubina ou a existência de amantes extra?

Quais são as respectivas consequências da revelação, da conspiração do silêncio, ou da mentira piedosa?

As perguntas são muitas vezes prematuras, será que as respostas serão as mesmas? Deve tudo ser dito, ou a informação deve ser proporcionada de acordo com a pergunta?

¹ Apresentado na sessão plenária do Colóquio Nacional "Estatuto e Direitos da Criança", Universidade de Aix-en-Provence, Dezembro de 1989 e não publicado posteriormente. Pareceu-nos que o seu conteúdo sobre crises de identidade era muito actual.

Ao fazer as perguntas desta forma, não estaremos já a implicar as respostas que pensamos estar a propor?

Mas, para além destas preocupações educacionais, o que nos diz a psicologia sobre a função e o papel do conhecimento no desenvolvimento da identidade?

Observações preliminares sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança

Quando um novo estatuto e direitos para as crianças são definidos, a representação de facto do estatuto dos adultos ou dos ques direitos é posta em causa. Por exemplo, a defesa de crianças que são abusadas ou violadas por um ou outro dos seus pais implica considerar certa conduta privada como um "assunto público". A expressão dos direitos da criança conduz inevitavelmente também a uma revisão da noção de deveres aplicáveis às crianças. Na Convenção, a noção de dever está associada à idade, "maturidade", "capacidade de discernimento". E quanto a esta capacidade?

Discernir é ser capaz de separar, reconhecer e diferenciar. Como podemos então determinar o limiar de maturidade e discernimento abaixo do qual a criança é vista como frágil, necessitada de protecção e pouco capaz de discernimento, e acima do qual é responsável, capaz de dar a sua opinião e de agir com discernimento? Iremos reactivar a noção de idade da razão e propor que o primeiro limiar de "minoria/maioria" seja fixado aos 7 anos de idade, ou antes? A quem será pedido que decida? Psicólogos cognitivos, afectivos e de relacionamento?

O legislador poderia ser erroneamente criticado por não ser perspicaz em confundir as categorias de adultos-crianças. Vimos no passado recente como a discussão sobre igualdade de género provocou a emergência de teorias que advogam a androginia (S. Bem, 1974, ver M.C. Hurtig e M.F. Pichevin, 1986) ou a indiferenciação de género (E. Badinter, 1986), como meio de ultrapassar a desigualdade entre homens e mulheres. Mas o verdadeiro progresso não se consegue negando as diferenças entre as categorias, mas enfatizando a primazia de uma categoria superior que as engloba a todas: a da identidade humana, a da "pessoa", o que permite evitar o conluio entre diferenças e relações de dominação.

(Tap,1985, Lorenzi-Cioldi,1988). No entanto, a criança, e mesmo o bebé, devem ser considerados como pessoas, da mesma forma que os adultos, independentemente do nível e natureza das suas competências e diferenças.

Durante este colóquio, J.P. Rosenzweig afirmou que "a lei é apenas um espelho das nossas contradições". Esta declaração, que partilho, tem duas consequências para a investigação:

- a análise da história da lei sobre as crianças e a família deveria permitir compreender melhor as questões em jogo através das contradições que foram descobertas;
- A análise da história dos conflitos de identidade e a dificuldade de identificar as origens devem ter em conta o problema do discernimento e da responsabilidade. Este problema está de facto relacionado com a história da subjectivação. Agora "(o sujeito) é uma possibilidade (abstracta) mas não uma fatalidade para cada ser humano: é uma criação histórica e uma criação cuja história pode ser seguida. Este tema, a subjectividade humana, caracteriza-se pela reflexividade e pela vontade ou capacidade de acção deliberada" (Castoriadis, 1986). Tal posição (tomada por um psicanalista contra corrente) implica tanto a rejeição da existência de um processo sem sujeito (Levi-Strauss, Althusser, Foucault) ou de um sujeito reabsorvido no indivíduo social, e em particular na linguagem (Lacan, Barthes, Derrida). A análise da relação entre a génese da identidade pessoal e a busca das origens é, portanto, fundamental.

A origem como um ponto cego, uma âncora e uma mola de identidade

Conhecer as origens da criança, como de qualquer ser humano, é uma necessidade na construção da sua própria identidade, através da apropriação de um nome, uma dupla filiação (ramos genealógicos maternos e paternos) e através do enraizamento, a ancoragem em duas histórias familiares entrelaçadas, uma das quais é frequentemente dominante.

Mas a criança, ao fazer parte destas histórias, encontra um lugar em situações, contextos, mudanças e perspectivas que, através da sua família, a envolvem muito cedo num complexo processo de integração social e cultural e/ou de marginalização.

No seu desenvolvimento "normal", as crianças, logo que os seus conhecimentos linguísticos o permitam, fazem perguntas sobre as suas próprias origens, bem como sobre a

origens da humanidade e da sociedade. Depois disso, a questão das origens pessoais só surgirá realmente se dúvidas ou revelações puserem em causa os fundamentos da sua genealogia ou a representação que possa ter tido da identidade dos seus pais e as condições da sua relação.

Cada criança deve ser capaz de construir uma identidade pessoal e um horizonte temporal baseado na continuidade e coerência, graças aos suportes de identificação, às raízes numa história e identidades colectivas. Na segurança destas âncoras, a criança será capaz de construir um itinerário, produzir e realizar-se a si própria, (Tap, 1988).

Pelo contrário, silêncios, situações inexplicáveis ou inexplicáveis, segredos, inautenticidade das comunicações, podem perturbar seriamente o processo de identificação, criar depreciação, incerteza, ansiedade de ser. A criança pode estabelecer regressões patológicas, o adolescente pode envolver-se em práticas autodestrutivas ou sociais.

No entanto, os tipos de situações acima mencionados não devem ser dramatizados em demasia. Estratégias múltiplas de recuperação, compensação e substituição são postas em prática pelos indivíduos em questão, a partir da sua infância.

Esta busca das origens não está desligada da busca do futuro (antecipações, aspirações, projectos). Além disso, revelações e elucidações podem ocorrer em qualquer altura da vida adulta. Podem, dependendo do caso, ser o resultado de uma busca voluntária, ou a consequência forçada de informações externas inesperadas. A relação entre identidade e origens é frequentemente mais estreita numa situação de crise, embora também possa ser organizada no modo de um rito de iniciação excitante.

Discernimento: uma luta contra a uniformidade categórica

Por ocasião do seu programa de rádio, Françoise Molto recebe uma carta de um professor. Tinha começado a sua carreira como professora substituta num jardim-de-infância. A directora disse-lhe: "Como vês, há furos de pombos; à noite as crianças guardam os seus ursos e baldes, assim: um furo de pombo por criança, um urso e um balde por furo de pombo. A noite chega, as crianças têm um olfacto prodigioso; devem ter cheirado alguma coisa. Peço-lhes que vão e guardem as suas coisas: põem todos os ursos de um lado, por

dois, e todos os baldes do outro. Eu intervenho: "Não é assim que se costuma arrumar". Eles respondem-me: "Mas é porque estão aborrecidos (os ursos de peluche)". A professora disse à directora que olhou para ela com preocupação e a obrigou a pôr tudo "como deve ser".

Françoise Dolto disse: "Vamos à escola para estarmos juntos, não para estarmos num cacifo. "Separem-se". Não comunicar"... Mesmo os ursos não devem comunicar (Dolto, 1978).

Vemos o perigo de reduzir o racional à divisão em pombos, em categorias. Comportamo-nos frequentemente como a directora, para quem as crianças são iguais em direito e são tratadas em uniformidade e conformidade com as regras. A igualdade de direitos é assim limitada por uma categorização rígida. Mas será que as crianças não têm o direito de imaginar, de comunicar, de estruturar o seu próprio espaço de livre circulação? Que ordem lhes é imposta, e em nome de que legitimidade? Esta pergunta não se aplica também aos adultos?

Tomemos o exemplo da diferenciação entre espaço público e privado ou lugar de intimidade. Há o que se pode dizer e fazer em público, dentro de certos limites; e depois há o que se pode dizer e fazer em privado (um urso de peluche entediado ou alguém que quer comunicar). Contudo, vimos que a lei está a evoluir no sentido de questionar esta divisão (mulheres ou crianças maltratadas, práticas incestuosas, etc.).

Defender a pessoa (individual) significa questionar o uniforme e estigmatizar os buracos dos pombos. As pressões de grupo e de categoria devem ser limitadas para permitir à criança gerir um espaço pessoal, para se separar, para discernir, mas em interacção (externa ou interna com outros).

A identidade pessoal é frequentemente considerada ou como o resultado da internalização da pertença social e da soma das identidades sociais, ou, pelo contrário, como aquilo que o sujeito se opõe a estas identidades colectivas, e que constituiria a sua singularidade. Estas duas posições parecem-me questionáveis. O assunto não é nem um reflexo da sociedade (a socialização e a personalização são conjugadas mas não confundidas, a confirmação individual não é reduzida à conformidade) nem uma referência a-social (a originalidade não implica a marginalização automática).

Na realidade, a relação entre socialização (inserção numa rede, apropriação de dados sociais e culturais) e personalização (autonomia, singularização, espírito crítico, orientação, valorização, auto-realização) implica uma dinâmica conflituosa através da qual a criança se identifica e se opõe, ao mesmo tempo ou sucessivamente, a incentivos e pressões sociais.

Já vimos acima que a criança precisa de comunicação e calor. Mas também precisa de espaços "íntimos".

Num dos seus programas, Françoise Dolto (1978) mencionou a ideia de que as crianças deveriam ter uma peça de mobiliário pessoal, trancada com um cadeado. Uma mãe escreveu-lhe: "Não ~~se~~ melhor ensinar as crianças a respeitarem o canto um do outro, sabendo que este canto é acessível? Dolto responde: "É o ideal. Mas as crianças invejam-se umas às outras. Há crianças que são realmente perseguidas por irmãos e irmãs. Poderão colocar coisas preciosas num lugar seguro, um esconderijo dos adultos, os seus pequenos tesouros, o seu diário"...

Mais uma vez, trata-se de defender um espaço de liberdade e de tomada de decisões, de defender a privacidade da criança, mas desta vez no seio da família. É claro que as estratégias de expansão e de retirada interagem da mesma forma que a singularidade e a conformidade. Naturalmente, os pais também se dão a si próprios a possibilidade de expansão ou retirada, ou não. Será que se dão o direito de existir fora dos seus filhos? Têm lugares de acesso reservado: o seu quarto, o seu escritório, um armário com fechadura?

Podemos ver aqui claramente como a questão dos direitos da criança e do adulto leva à emergência de espaços de livre circulação, de construção de uma "interioridade", numa situação de inter-relação e de inter-estruturação entre o adulto e a criança.

O trabalho do nome e apelido: filiação e individualização

A minha identidade ganha significado através das marcas que uso, através do que leva a minha marca. Cristaliza-se nos traços das minhas origens, na história dos meus estigmas, na legitimidade e no poder dos meus referentes. O sentimento de identidade e a continuidade do eu implicam a emergência de uma memória do eu, de uma gestão das marcas e dos vestígios do passado, de acordo com as acções presentes e os projectos futuros.

O meu corpo já está marcado pelas minhas origens: a cor da minha pele, a minha estatura...mas também

o meu sotaque, a forma como falo ou me comporto, sonho ou acredito. Claro que nem tudo em que me tornei está inscrito nas minhas origens, mesmo que elas me determinem e me orientem.

Entre os vestígios estão o que Levi-Strauss chama "marcas de identificação reconhecíveis" pelas quais a sociedade nos situa. Por exemplo, o bilhete de identidade nacional limita o nosso "estado civil" ao nosso primeiro e último nome, à data e local do nosso nascimento e ao nosso local de residência. A nossa identidade física é reduzida ao nosso rosto (fotografado) e à nossa altura! A secção "sinal particular" está quase sempre em branco, excepto para aqueles que usam óculos!

Desde o nascimento, a criança é também socialmente "identificada", antes de ser capaz de construir e gerir a sua própria imagem.

O nome patronímico atribui à criança um lugar, uma posição, no jogo da dupla filiação. Esta tarefa é antes de mais verbal: ser chamado pelo nome é ser percebido, situado, convocado: "Tal e tal, sair da linha... um passo em frente! O nome é uma apelação, ou seja, uma apresentação pública. Podemos recordar a cena em que Charles Bovary, personagem do romance de Flaubert, chega a uma nova classe e é convidado a apresentar-se, respondendo "Char...Bovary", causando hilaridade e tumulto! O nome é também uma ortografia, ou seja, o desenrolar de si próprio. Aquele que tem de soletrar o seu nome é informado da estranheza de um nome impronunciável.

"Não tenho um nome francês. Não tenho um nome francês. Não há razão para me cortar, para me mutilar. Só tem de ler... Basta verificar a ortografia... Doubrovsky. Apenas dez letras. Por favor, respeitem. Quando me escrevem de trás para a frente, isso faz-me virar de dentro para fora. Quando sou aleijado, magoa-me. O meu nome já me custou o suficiente. Fez-me babar. Quero ficar com ele. O meu nome não deve ser levado de ânimo leve, estou cortado. Os meus cotos estão a ser amputados o melhor que podem" (Doubrovsky, 1977).

Mas a criança é confrontada com a necessidade de assumir o que a sua filiação implica em termos sociais e culturais, numa malha entre a história individual e colectiva.

No seu livro *Fils*, Serge Doubrovsky mostra a necessidade de *atar os fios* da própria vida a fim de construir uma história pessoal e um objectivo pessoal. Mas nada é tecido sem drama, e este drama está frequentemente associado às *dificuldades de ser filho ou filha* e de gerir a sua filiação. Por exemplo, em termos autobiográficos, ele evoca a necessidade de aprender a aceitar as suas origens (judaicas) e a sua história, ao mesmo tempo que recusa a estigmatização que possa ter causado.

envolver.

"Falta de pele, na glânde (circuncisão), falta de erva, no acampamento. Quase não escapou. As antigas humilhações. A polícia. Calças para baixo. Sub-vitaminado, sub-homem ... Dezembro de '41, teve de obter o carimbo dos cartões. Identidade, em tinta vermelha. Esquadra de Polícia. Acolhimento do ombro. Um nome com o qual dormir. De onde é que eu vim? Fui tatuado!... Em carne e osso ficou. A marca permanecerá sempre. Inefável. Um estigma. A estrela amarela. (Salvo de Drancy em Novembro.⁴³, graças a um agente que os veio avisar). "Vá depressa"... Paletots sem estrelas vestidas, nós saímos. Ratos youtre, nós zombamos. Arredondamentos, nós arrebatamos. "Proibido aos judeus e aos cães" (*op.cit.*). Herda-se um nome e tudo o que o acompanha.

Procuramos as nossas origens quando nos faltam, mas podemos ter dificuldades em assumi-las quando as conhecemos.

Mas não é suficiente ter um nome, é preciso ser e/ou tornar-se um nome. "Fazer um nome" implica visibilidade social em termos de celebridade. Mas o processo diz respeito a todos os indivíduos, para além das características legais e sociais: a identidade pessoal é construída, entre outras coisas, pela ligação entre um eu (físico e psicológico) e um nome: a palavra que a define. Mas

"Não é suficiente ser um nome. É necessário ser uma presença", (Doubrovsky, *op.cit.*, p.355).

Mas o trabalho do nome está constantemente ligado ao do primeiro nome. Como Rémy Puyuelo (1989) indica, ter um nome próprio para a criança implica o acesso à singularidade através da separação. O primeiro nome é como o nome privado, "o nosso único nome próprio". Ter vários nomes próprios torna geralmente possível manter ligações entre gerações. Mas um único primeiro nome também pode levar a uma filiação bastarda ou proibida. Isto pode ser visto no exemplo literário de Thomas, o herói de *A Ave das Origens*, (Max Gallo, 1974)

Thomas não conhece a história do seu nascimento. Vive com o seu pai (que está doente, considerado louco por estranhos, sempre a ler e a escrever, mas nunca a falar), a sua tia e a sua irmã. Ele não sabe quem é a sua mãe, e pensa que ela está morta. Mas um dia ele lê o diário escrito pelo seu pai (The Great Reader). O nome de Eva aparece frequentemente no texto. Ele convence-se de que ela é sua mãe e tenta desvendar o segredo do seu nascimento,

para se libertar das suas ansiedades, da sua asma e das suas alergias (que ele personifica como "ave de origem" ou como "forças que nos despedaçam como bicos afiados").

Tal como o seu pai, Thomas decide que mais tarde irá escrever. Incapaz de obter qualquer informação daqueles a quem chama "os guardiões hipócritas do segredo", terá de encontrar por si próprio o caminho para a verdade. Sente com dificuldade a crise da sua própria identidade. A sua solidão torna-o mudo (como o seu pai), e como ele faz uma única pergunta a si próprio: "Homem, quem és tu?"

A busca das suas origens leva a uma revelação que ele não esperava. Eva pode ser a sua mãe, mas o "Grande Leitor" não é o seu pai. Enquanto era prisioneira de guerra, Eva concebeu Thomas, o filho de outro homem, também chamado Thomas. O nome torna-se assim a marca da paternidade oculta.

Emmanuelle, irmã de Thomas, morre antes de lhe poder contar sobre o fim de Eva. Mas como mãe solteira, ela deixa-o o seu filho, cujo pai é desconhecido, também chamado Thomas. Assim, os fios escondidos são atados, ou desatados, graças à misteriosa filiação dos Thomases.

Apelidos, nomes próprios, alcunhas e diminutivos organizam e dirigem os modos de comunicação, ligações, encenação pública (formal e espectacular) ou privada (especular, de fusão ou distanciada). Ao fazer um "nome" para si próprio, a criança ou adolescente pode "libertar-se da família reprimida, daquela parte perigosa que faria da sua vida, numa repetição do mesmo, único destino" (R. Puyuelo, *op. cit.*), e construir um itinerário, inseguro mas específico e exaltante.

O Prémio Revelação

Etimologicamente, o termo "revelação", que é frequentemente utilizado, implica que o que deve ser revelado tenha sido previamente escondido sob um véu. A revelação é, portanto, o desvendar de um segredo. Mas porquê este segredo? Duas razões são frequentemente apresentadas para a justificar: os adultos escondem a verdade porque isso causaria escândalo, daria a eles ou à família uma imagem depreciada. Ou querem proteger a criança, para evitar o sofrimento que a revelação poderia causar.

Não se deve presumir que uma revelação não tem qualquer efeito sobre a pessoa em causa (criança ou adulto).

Tomemos o exemplo de Myriam (Pi-Sunyer, 1987), uma rapariga de 15 anos, de origem cigana. Ela foi criada pela sua avó, que a deixou e a toda a família acreditar que era a sua mãe. O seu tio Didier e a sua verdadeira mãe (Carmen) passaram como irmão e irmã. É o seu tio Didier que lhe ensinará a verdade, nas seguintes circunstâncias:

"Um dia eu estava a falar com o meu irmão (tio) Didier. Estávamos a discutir, ele bateu-me e disse: 'Vai ver a tua mãe... a tua mãe é Carmen! Compreendi imediatamente que era verdade. Fui a casa de um amigo e lá fiquei durante uma semana. Eu tinha treze anos de idade. Até então, eu tinha sido bom. Mas a partir desse momento, tudo mudou. Eu fugi pela primeira vez. Queria matar-me. Carmen, ela era a minha irmã favorita... Soube logo que era verdade, embora nunca tivesse pensado, de forma alguma, que ela fosse minha mãe.

Tornei-me mau, lutaria com qualquer um. Eu mudei completamente. Eu estava no topo da classe. Afundei-me completamente. Eu queria partir... A Carmen é uma cabra. Ela é má. Ela nunca me quis e se a minha avó não me tivesse levado, ter-me-ia denunciado.

Carmen tinha 15 anos quando estava à espera de Myriam. Mas aos 15 anos, Myriam também está grávida. Ela deu à luz a Anthony. Carmen oferece-se para criar a criança. O ensaio está a decorrer. Mas Myriam recusa-se. Apesar dos conselhos dos seus educadores, ela vai viver com a sua avó, que ela ainda considera a sua mãe. Na verdade, ela quer continuar a chamá-la assim.

A revelação leva de facto à realização de uma carência e à criação de um novo mistério. Se o seu avô não é o seu pai, quem é o seu pai?

Tomemos outro exemplo, desta vez literário. No livro de Jacques Lanzmann "*Todos os caminhos levam a si próprio*" (1979), o herói André Floch está convencido, através de uma série de coincidências, que os seus pais recentemente falecidos só foram adoptados, e que ele é de facto Samuel Bronstein, cujos pais judeus morreram na deportação. "(Ele compra a casa onde viviam os Bronsteins, não muito longe da maternidade onde ele e Samuel Bronstein nasceram). É possível que eu, André Floch, seja o próprio filho dos Bronsteins? É possível ser judeu sem o saber? Ele seria um 'tipo' judeu, ele

Se ele se assemelhasse a Simon Bronstein, o pai de Samuel, seria circuncidado. Mas neste ponto o médico judeu que examina a sua incisão permanece indeciso e circunspecto. Ele não decide entre a hipótese da circuncisão cirúrgica (após uma fimose) e a circuncisão ritual. Ele adverte-o contra os efeitos da revelação: "Aprender que se é judeu aos 36 anos de idade pode doer, senhor, pode mesmo doer muito. O cancro é por vezes curável; tal revelação pode não ser", (op.cit.p.124). O herói começa então a 'procurar na história em geral para encontrar o seu próprio caminho'. Uma vez convencido, já não sabe a que identidade se dedicar, "não se sente preparado, não está preparado de todo para assumir outra identidade". "Eu tinha simplesmente mudado de um povo para outro".

Ele está emocionalmente desestabilizado. "A minha garganta abriu-se subitamente e as lágrimas seguiram-se, inundando a minha mente. Eu estava a rachar, não havia como negar, e em todo o lado, fugindo de mim mesmo, sem saber se me encontraria de novo, sem saber se teria forças para aceitar o outro.

Para dizer a verdade, há muito tempo que duvidava: "Tinha começado a perseguir a certeza de que estava a chocar desde a infância e até a ultrapassar. Sempre me tinha convencido de que a minha mãe não era minha mãe, apesar da ternura com que ela me tinha rodeado. "Ao fabricar diferenças e dissemelhanças, ao recusar-me a permitir que o meu rosto fizesse parte da sua paisagem, tinha conseguido convencer-me de que os meus pais tinham partido o espelho familiar, de modo que já não se podia reflectir nele.

É André Floch, e terá a oportunidade de conhecer o verdadeiro Samuel, o seu "irmão da estrada", o seu "gémeo da imaginação". Junta-se a Juliette, a sua prima que o ama e queria pertencer-lhe, mas que, sendo reaccionária e racista, não o podia aceitar como judeu. Foi "uma intoxicação constante, uma necessidade de me atordoar, uma forma de assassinar o outro para sempre e impedi-lo de acordar caso ainda estivesse a dormir em mim". Tive a sensação de que o outro estava morto, caído sob os golpes da verdade e da lógica combinadas.

No exemplo da vida real de Myriam e no exemplo literário de André Floch, a revelação (verdadeira ou falsa) sobre as origens chega tarde e provoca uma crise de identidade.

Se for conhecido, deve a criança ser dita a verdade numa fase precoce para evitar problemas graves?

mais tarde? Penso, com Françoise Dolto, que a verdade nunca deve ser escondida. As crianças muito pequenas precisam de saber, mas temos de esperar pelas suas perguntas. "Assim que a criança fizer a pergunta, esta deve ser respondida com a verdade. A sua confiança em si próprio e nos seus pais está em jogo. Cada vez esta verdade será progressivamente dita em palavras que se tornam cada vez mais conscientes para a criança" (Dolto, 1977).

Mas é importante especificar imediatamente que o que é dito à criança adquire um significado diferente dependendo do contexto da relação que se estabelece com ela. Falar de origens não pode evitar o carácter emocional e erótico dessas mesmas origens.

A encenação das origens e os seus problemas

Informar as crianças sobre as suas origens não se trata apenas de conhecer o pai e a mãe, trata-se também de lhes explicar como o homem e a mulher são constituídos, como eles próprios foram concebidos e como nasceram.

Sabemos quanta importância os psicanalistas atribuem ao papel da "cena primitiva ou original" na organização da imaginação sexual da criança. A criança tentaria representar mentalmente o momento em que foi concebida. Mas isto implica ter uma imagem de coito entre os pais, e explica o desejo voyeurista de surpreender os pais durante a sua brincadeira sexual. Or, "testemunhar as relações sexuais dos pais seria traumático, porque a genitalidade de um ser humano é construída sobre a modéstia, o respeito pelos outros e a castidade dos adultos para com as crianças... Nenhum trabalho prático incestuoso com a cumplicidade dos pais. É traumático" (Dolto, 1977, p.82).

Aqui está um exemplo significativo de uma história de vida apresentada por Abdelhak Serhane (1989). Saida, uma mulher marroquina que vive no seu próprio país, tem 25 anos de idade, a mais velha de uma família modesta com quatro filhos. Ela conta as suas dificuldades com o seu pai, que não se consola por não ter tido um filho como primogénito, e que faz Saida pagar pela sua frustração. "Cresci sob o seu olhar de ódio. Ela diz: "Mesmo quando era jovem, podia ver o amor dos meus pais a fazer. Vivíamos num quarto e a minha cama era perpendicular à deles. Para mim, o acto sexual foi sempre um acto de agressão. Muitas vezes conseguia ver claramente o corpo do meu pai em cima da minha mãe e sentia-me como se ele a quisesse sufocar. Na altura, não percebi o que eles

Fiquei surpreendido no dia seguinte quando vi que a minha mãe ainda estava viva. Depois comecei a acreditar que era um jogo de que só eles conheciam as regras. Pensei: "A mãe e o pai estão a brincar". Estava inocente. Mas eu não me atrevi a fazer perguntas. Era impensável. Antes, tudo era sossegado, excepto alguns resmungos. Um dia, ouvi o meu pai amaldiçoar a minha mãe. Mais tarde compreenderia que a minha mãe não queria jogar mais este jogo quando o pai o quisesse. O jogo tornou-se um verdadeiro drama para mim. Detestei a noite. Todas as noites, o pai insultava a minha mãe, por vezes batia-lhe e ameaçava sair ou levar outra mulher. Só fiquei aliviado quando chegou a luz do dia. Muitas vezes, para escapar ao escândalo, tive de pegar no meu cobertor e ir dormir para os vizinhos".

Sem informação, sem palavras tranquilizadoras e esclarecedoras, a criança é obrigada a interpretar de dia para dia (ou melhor, de noite para noite!), na angústia, no indizível e no implícito.

No caso de Dominique apresentado por Dolto (1971), assume-se que a visão do coito parental pode provocar distúrbios posteriores. Dominique, um adolescente, tem "uma fobia de ser ouvido e ouvido, de ser olhado e visto, de ser levado e mordido". Estas fobias estão indubitavelmente relacionadas com a cena primitiva vista e vivida. Dormiu no seu berço no quarto dos seus pais até aos dois anos e meio de idade. Mas é o nascimento da sua irmã Sylvie que provoca a crise (fobias de movimentos, arrumar...). Os ciúmes provocam um conflito de identidade. Ele já não é o preferido, o protegido. Depois identifica-se com o bebé: não fala, não se alimenta, é incontinente.

O comportamento actual dos seus pais: um pai que está sempre ausente e uma mãe que precisa de dormir com os seus filhos "que a mantêm quente" (fetiches calóricos, em suma!) reforçaram os velhos problemas ligados ao nascimento de Sylvie. Dominique, nestas condições, não pode internalizar a proibição do incesto.

"A elucidação das condições de nascimento e o distanciamento dos pais, tanto na imaginação como na realidade, pode levar muito tempo. É frequentemente durante a adolescência ou a idade adulta que certos segredos e desordens são desvendados. É o adulto que cria o segredo para a sua própria segurança ou em nome de uma pseudo-fragilidade da criança. "A verdade deve ser dada à criança: o sentido da sua vida está enraizado nela", e isto antes da idade escolar. "A ausência de uma explicação das origens dificulta sempre, mais cedo ou mais tarde, a inteligência da linguagem, da vida emocional e da vida social.

A fim de avançar, Dominique terá de redescobrir o significado dos seus comportamentos regressivos, para restaurar o seu nome apropriando-se da proibição incestuosa. Isto permitir-lhe-á renunciar aos seus objectivos infantis imaginários e estruturar novas relações com todos os membros da família. Se o desengajamento se tornar completo, a criança pode concentrar o seu desejo nos outros, com o sentimento de liberdade, rumo ao sucesso, realização no prazer de alcançar um objectivo, de conduzir uma existência consciente e autónoma, sem demasiada tensão defensiva.

Identificações e duplicações

A história da identidade pessoal é como a dupla hélice, tecendo juntas duas espirais

- a das identificações e filiações a desvendar: os fios a designar, designar, entronizar, libertar;
- e o dos itinerários, os fios a atar para construir um futuro mais ou menos unificado em relação aos outros.

Numa palavra, então, continuidade da filiação de identidade e unidade da tecelagem do eu, na sua relação com projectos e idealizações. Por exemplo, Serge Doubrovsky identifica-se com a sua mãe, mas recusa-se a fazê-lo e gostaria de adquirir a sua autonomia

"Por dentro somos feitos da mesma forma. Os envelopes são diferentes. Os mesmos núcleos... Somos um em dois. Dois corpos, um coração. O mesmo ser. Em duplicado. O original. O papel químico. Original, ela é a origem. Não posso ser eu se não passar por ela. A minha imagem é refractada nela, reverbera. Eu cresço cem vezes, sou gigante... mas quero ser o oposto dela. Nunca me sacrificarei a ninguém. Eu serei livre. Aquele que vai à caça perde o seu lugar. Estou determinado a fazer um para mim..." ... mas a busca de uma identidade que é sempre roubada a um eu sempre deportado.

Mas Julien-Serge Doubrovsky vive uma constante divisão interna que é simbolizada pelo conflito dos seus dois primeiros nomes: "Eu era Julien... o meu nome é Serge. Julien para a família, Serge como nome de caneta. Julien/Serge, um mau casamento... Julien/Serge, tomei uma bebida. Eles fizeram-me babar. Cão e gato, na mesma pele. Cosidos juntos. Separá-los, impossível. Estou sempre a sufocar entre os dois. Entre mim e mim, mesmo que eu ponha a América no meio, não uma fenda. Não posso escorregar entre mim e um intervalo. Eu sou

atravessado por correntes contrárias. (I) fazer apenas indecisões. Penso portanto que fujo... Mas eu não vou morrer assim. Quero deixar a minha marca, para ser seguido, mesmo que recusem o meu caminho.

Se for um, mutila-se a si próprio. Se for múltiplo, disperse-se. Para ser inteiro, tem de querer ser o que lhe falta, assim como o que é. Quando se leva uma vida dupla. Enquanto se tem uma metade, não se tem a outra. Está privado dele" (1977).

Como podemos expressar melhor o processo geral de identificação envolvendo identificação simultânea e oposição a outros, bem como o esforço de continuidade, unidade e auto-positividade, constantemente contrariadas pela indecisão e divisão interna! Este processo é precoce e encontra o seu movimento no entrelaçamento das origens e tornando-se, constantemente actualizado no presente acto.

Os estatutos e direitos da criança devem facilitar esta história de identidade. Mas isto não significa que isto pare em qualquer momento da vida. O sujeito pode, em qualquer fase da sua vida, abandonar estratégias infantis em favor de outras mais relacionadas com a autonomia e a *implementação* de potencialidades e com a norma de internalidade (responsabilidade, discernimento) implícita na lei.

Bibliografia

Badinter, E. (1986) *L'un est l'autre. Des relations entre hommes et femmes*. Paris, ed. O. Jacob.

Bem, S. (1974) The measurement of psychological androgyny. *J. de Consultoria e psicologia clínica*, 42,155-162

Castoriadis, C. (1986) L'état du sujet aujourd'hui. *Topiques*, Paris, Epi, 38, 7-39

Dolto, F. (1971) *Le cas Dominique*, Paris, Seuil

Dolto, F. (1977) *Lorsque l'enfant paraît*, Tome I, Paris, Seuil

Dolto, F. (1978) *Lorsque l'enfant paraît*, Tome II, Paris, Seuil

Doubrovski, S. (1977) *Fils*, Paris, ed.Galilée.

Gallo, M. (1974) *L'oiseau des origines*, Paris, Laffont

Hurtig, M.C. e Pichevin, M.F. (1986) *La différence des sexes. Questions de psychologie*, Paris, Tierce Sciences.

Lanzman, J. (1979) *Tous les chemins mènent à soi*, Paris, Laffont

Lorenzi-Cioldi, F. (1988) *Individuos dominantes e grupos dominados. Imagens masculinas e femininas*. Prensas Univ. de Grenoble.

Pi-Sunyer, M.T. (1987) *Perdas e reencontros: a gravidez como expressão de desejo nas mulheres em crise*. Tese de doutoramento. Universidade de Toulouse - Le - Mirail.

Puyuelo, R. (1989) Le travail du in *L'aventure de naître*, Albi, Le Léopard, 196-209

Serhane, A. (1989) *Conflits d'identité et vécu sexuel des jeunes marocains issus du milieu traditionnel*. Tese de Estado, Universidade de Toulouse Le Mirail.

Tap, P. (1985) *Masculin et féminin chez l'enfant*, Toulouse, Privat-Edissem

Tap, P. (1988) *The Pygmalion Society? Integração social e realização pessoal*, Paris, Dunod.